

Curitiba, 31 de março de 2020.
Memorando nº 087/DELI/2020.

De: DELI
Para: PRES

Ref: Impugnação ao Edital LP 03/2020 – RPE – Abastecimento de Combustíveis

Prezado Sr. Presidente:

No dia 27/03/2020 – 20:33 (e-mail) a **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A** apresentou impugnação ao Edital LP nº 03/2020 – RPE, o qual tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip), cuja abertura está prevista para o dia 01/04/2020, às 09:00.

1. RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Em sua impugnação, a **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A** alega, em apertada síntese que:

- a) As empresas popularmente conhecidas como TICKET e ECOFROTAS uniram suas bases operacionais através da marca TICKET LOG, e que a única empresa do grupo apta a participar de licitações que tenham como objeto o gerenciamento de abastecimento e/ou manutenção é a TICKET LOG;
- b) Se a análise se basear no índice exigido para qualificação (item 8.2..2. letra “c” do edital), a Impugnante será mal avaliada, pois a liquidez depende dos prazos médios de recebimento e pagamento e, no seu caso, recebe do cliente em média no dobro do tempo em que paga a rede credenciada, o que corrobora para a redução do índice de liquidez;
- c) Sem a possibilidade de mais de uma forma de comprovação da qualificação econômico financeira de modo alternativo, o edital contraria além da legislação pertinente, a própria essência da licitação, que é seu caráter competitivo;
- d) A exigência editalícia (índice de liquidez) mostra-se claramente restritiva, sendo capaz de, também, diminuir a participação de empresas no certame;
- e) Atende diversos órgão da Administração Pública em todos os Estados da Federação e nenhum deles efetuou exigência tão restritiva como faz a COHAPAR;
- f) Se a impugnação não for acatada e, por conseguinte, o edital se mantenha inalterado, além do princípio da legalidade, também afrontará decisões do TCU e STJ;
- g) Analisar a qualificação econômico financeira de uma empresa pelos referidos índices implica em violação do art. 37, XXI, da CF, que determina que somente serão permitidas exigências de qualificação técnica e financeira indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;
- h) De acordo com seu Balanço Patrimonial e demonstrações financeiras, em outros parâmetros seus índices são superiores ou iguais a 1,00 e, em especial, sobre o índice de liquidez corrente, é de apenas 0,04 do valor de referência.

Por fim, requer a reformulação do item questionado exigindo outro valor de índice financeiro e/ou a apresentação alternativa de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do objeto do edital (não cumulativa).

Cita doutrina e jurisprudência e requer seja a impugnação recebida, conhecida e provida integralmente, para, ao final, alterar o edital no que tange à qualificação econômico financeira.

2. ADMISSIBILIDADE

A impugnação é **intempestiva**, uma vez que foi encaminhada às 20:33 do dia 27/03/2020.

Explica-se:

Consoante disposto no item 2.7 do edital, “ *Qualquer interessado poderá, até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, impugnar o ato convocatório da licitação, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.*”

A sessão de abertura está prevista para o dia 01/04/2020, às 09:00 – quarta-feira, assim, o termo inicial para a contagem regressiva é o dia 01/04/2020, que não deve ser computado.

O primeiro dia útil é a terça-feira(31/03/2020), o segundo dia útil é a segunda-feira (30/03/2020), e o terceiro dia útil é a sexta-feira (27/03/2020).

Deste modo, forçoso concluir que os licitantes poderiam impugnar o instrumento convocatório até o dia 27/03/2020 – sexta-feira, como fez a Impugnante.

Ocorre que, no caso concreto, a impugnação foi encaminhada às **20:33 do dia 27/03/2020**, ou seja, após o horário de trabalho da COHAPAR.

O expediente da COHAPAR encerra às 18:00 e tal horário está expressamente informado no item 9 do preâmbulo do edital.

Assim, resta perfeitamente demonstrada a intempestividade da impugnação apresentada pela **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**.

Entretanto, embora intempestiva mas, considerando o poder dever da Administração rever seus atos de forma a evitar eventual irregularidade ou mesmo ilegalidade, preservar a segurança do processo e, em respeito ao interesse público e ao princípio da moralidade administrativa, a impugnação será conhecida e respondida, dentro do prazo previsto no edital.

3. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Consultado, o Departamento de Contabilidade se manifestou por meio da Nota Técnica nº 009/20020, abaixo transcrita:

NOTA TÉCNICA Nº 009/2020

Ao Departamento de Licitação - DELI

Ref.: Licitação Pública nº 03/2020 - Impugnação do Edital - Qualificação econômico-financeira

APRESENTAÇÃO

Solicita esse Departamento de Licitação – DELI, via e-mail encaminhado em 29/03/2020, às 17h24min, URGENTE manifestação à Impugnação da LP nº 03/2020, apresentada pela empresa TICKET LOG, que tem por objeto:

Contratação de pessoa jurídica, em lote único, para prestar serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com a utilização de cartão de pagamento magnético ou microprocessado (chip), e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo a distribuição de etanol, gasolina comum e diesel S10, para veículos automotores da frota utilizada pela COHAPAR, nos termos da legislação vigente, conforme descrição e especificações constantes do Termo de Referência, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

DA LEGALIDADE DOS REQUISITOS PARA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Esta Companhia de Habitação do Paraná publicou em 01/07/2018 o seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, nos termos do art. 40 da lei nº 13.303/2016.

Neste contexto, o art. 91 do RILC, que trata da qualificação econômico-financeira, dispõe:

Art. 91 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

I - apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

II - apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do Licitante.

§ 1º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio de cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório e devidamente justificados, vedada a exigência de índices e valores não usuais.

§ 2º A exigência constante no parágrafo anterior limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do Licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir, vedada a fixação de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá ser exigida no instrumento convocatório de instrumento convocatório de cada processo licitatório, comprovação de patrimônio líquido mínimo, desde que não exceda a 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da abertura da licitação, na forma da lei. (grifamos)

Da leitura da previsão legal, combinado com o disposto no Anexo II, item IV do instrumento, depreende-se que **o Edital LP 03/2020, exige, para a qualificação econômico-financeira dos licitantes, tão somente o previsto em seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos, valendo-se de índices usuais de mercado:** índice de liquidez corrente e índice de liquidez geral, que avaliam a capacidade de pagamento das empresas frente suas obrigações, tanto no curto quanto no longo prazo.

Neste ponto, é importante ressaltarmos que a exigência de índices nos certames licitatórios, ressaltados os expressamente vedados (valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade, bem como índices e valores não usualmente adotados), **visa resguardar o patrimônio público nas contratações**, porquanto demonstra de forma ampliativa que a contratada pode cumprir com suas obrigações perante a contratante.

DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO

Tratemos então do pedido de Impugnação apresentado pela empresa TICKET LOG, que questiona os índices de qualificação econômico-financeira previstos no Edital, quais sejam, índice de liquidez corrente (ILC) e índice de liquidez geral (ILG), alegando, resumidamente, a limitação da competitividade, e requerendo:

Portanto, requeremos que este órgão altere o edital mencionando que ALTERNATIVAMENTE, as empresas que não alcançarem o índice exigido, serão consideradas habilitadas se comprovarem possuir um capital mínimo ou valor do patrimônio líquido correspondente a 10% da estimativa de custos.

De início, é relevante acrescentarmos que esta Companhia não está obrigada a exigir a comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes por outros meios, quando não atendidos os índices contábeis estipulados, sendo a sua previsão em Edital, ato discricionário administrativo, não se podendo exigir que a Administração faça constar tal possibilidade nos seus editais, razão pela qual o Edital LP nº 03/2020 assim não previu.

Pois bem.

O Edital LP nº 03/2020, para a qualificação econômico-financeira dos licitantes, previu os índices já utilizados na contratação anterior desta Companhia, decorrente do Pregão Presencial nº 07/2015, que obteve êxito, utilizando esses mesmos índices previstos no Edital ora impugnados: liquidez corrente e liquidez geral.

Além disso, diante das alegações da empresa TICKET LOG, de que a manutenção dos termos do Edital, limita a competitividade, analisamos alguns Balanços Patrimoniais de empresas do ramo do objeto da licitação, e constatamos que elas atingem os índices previstos pela Companhia, conforme segue:

ÍNDICES CONTÁBEIS

| Índice | Sodexo Pass do Brasil (2018) | Green Card S/A (2018) | Trivale Administração Ltda (2017) | UP Brsil (2018) |
|--------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|
| LG | 1,39 | 1,14 | 1,16 | 1,08 |
| LC | 1,51 | 1,15 | 1,14 | 1,13 |

Assim, embora a tabela apresentada seja apenas exemplificativa, uma vez que a exiguidade temporal limita uma pesquisa mais aprofundada, na qual poderiam ser apresentadas outras empresas que cumprem a qualificação exigida, já é possível comprovar que a exigência do Edital não fere a competitividade.

Diante do exposto, **entendemos que a fixação dos valores do Índice de Liquidez Geral (LG) e Índice de Liquidez Corrente (LC), revela-se dentro de patamar razoável e compatível com o objeto licitado e encontra fundamento na Lei,** afastando qualquer infringência ao princípio da competitividade, por não comprometerem a disputa do objeto licitado e, por consequência, a busca da melhor oferta.

Por outro lado, há de se considerar que o § 3º do art. 91 do RILC, dispõe que a **exigência de patrimônio líquido mínimo poderá ser prevista, desde que não exceda a 20% do valor estimado da contratação.**

Logo, no caso tela, considerando que o valor estimado da contratação não é sigiloso, havendo, portanto, parâmetro para o cálculo pelo licitante, e considerando também os argumentos da Impugnante, que se baseiam especialmente no aumento da competitividade, **entendemos ser possível a alteração do Edital, fazendo constar cláusula de exigência de Patrimônio Líquido mínimo.**

No entanto, vale destacarmos que o RILC não prevê expressamente a opção de Patrimônio Líquido mínimo, caso os índices de liquidez não sejam atingidos, como pretende a Impugnante.

O RILC prevê a possibilidade de adoção de ambos os requisitos, ou seja, índices de liquidez e patrimônio líquido mínimo, e não índices de liquidez ou patrimônio líquido mínimo, sendo que para atender à solicitação da forma como requer a Impugnante teríamos que ter por base o art. 93, que exige uma justificativa:

Art. 93 Justificadamente, a depender da especificidade do objeto a ser licitado, os requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste RILC poderão ser adaptados, suprimidos ou acrescidos de outros considerados importantes para a contratação. (grifamos)

CONCLUSÃO

Apresentadas todas as considerações técnicas deste DECT, esclarecemos que são válidas as duas possibilidades, tanto a manutenção dos termos atuais do Edital LP n° 03/2020, uma vez que restou comprovado o respeito à legalidade e aos princípios licitatórios, dentre os quais a competitividade, quanto a alteração desses termos, visando ampliar ainda mais essa competitividade.

Assim, entendemos que, nesse momento do processo licitatório, sendo as duas possibilidades válidas, compete à Administração a opção por uma ou por outra, considerando os demais interesses públicos envolvidos, inclusive a republicação e a nova contagem de prazos, que extrapolam critérios técnicos analisados por este DECT.

Em tempo, informamos que, caso a Administração opte pela alteração do Edital, a cláusula alterada deve apresentar a seguinte redação, com a inclusão do item c.1):

c) Prova de Capacitação Financeira, assinada em conjunto com o Contador, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os seguintes índices contábeis- financeiros:

- Índice de Liquidez Geral (LG) = $(AC + RLP) / (PC + PELP)$
- Índice de Liquidez Corrente (LC) = (AC/PC)

| | |
|-----------------------------------|---|
| ➤ AC = Ativo Circulante | ➤ PC = Passivo Circulante |
| ➤ ARLP = Realizável a Longo Prazo | ➤ PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo |

Serão Habilitadas apenas as empresas que atenderem, simultaneamente, as seguintes condições:

- Índice de Liquidez Geral (igual ou superior) 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (igual ou superior) 1,00

c.1) Caso a empresa apresente resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos, a licitante deverá comprovar por meio do Balanço Patrimonial, possuir Patrimônio Líquido de no mínimo 10% do valor estimado para a contratação, que é de R\$ 886.284,00 (oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais).

Curitiba, 30 de março de 2020.

CAROLINA MINAS
Gerente do Departamento de Contabilidade”

4. CONCLUSÃO – PROPOSTA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

A manifestação do Departamento de Contabilidade concluiu que são válidas as duas possibilidades, ou seja, **1)** a manutenção dos termos atuais do Edital LP nº 03/2020, uma vez que restou comprovado o respeito à legalidade e aos princípios licitatórios, dentre os quais a competitividade, bem como **2)** a alteração desses termos, visando ampliar ainda mais essa competitividade.

Releva destacar que manter inalterado do edital implica em julgar improcedente a impugnação, promovendo-se a abertura da licitação amanhã, dia 01/04/2020, às 09:00.

Por outro lado, a alteração do edital para permitir que, quando os licitantes não atingirem os índices mínimos previstos poderão, alternativamente, apresentar patrimônio líquido mínimo não superior a 20% (vinte) do valor estimado da contratação, implica em julgar procedente a impugnação, com posterior republicação do edital e reabertura do prazo e 15 (quinze) dias úteis.

Assim, submetemos a proposta do Departamento de Contabilidade para apreciação e deliberação da Diretoria Executiva.

Elizabete Maria Bassetto
Agente de Licitação
Gerência – Departamento de Licitação

Documento: **087.2020IMPUGNACAOTICKETLOGOLP03.2020COMBUSTIVEIS.pdf**.

Assinado por: **Elizabete Maria Bassetto** em 31/03/2020 16:47.

Inserido ao protocolo **16.500.273-3** por: **Rodrigo Malagurti Di Lascio** em: 31/03/2020 16:45.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura.do> com o código:
27b277eca2108d4814e7a57c4f03f2dd.